



Estado da Bahia.
Câmara Municipal de Ilhéus.
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

PARECER Nº _____/2025

Projeto de Lei nº 110/2025

Autoria: Vereador Alzimário Belmonte

Ementa: Institui o Programa Municipal de Segurança Integrada (PMSI) no Município de Ilhéus e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Chega para análise desta Comissão o **Projeto de Lei nº 110/2025**, de autoria do Vereador **Alzimário Belmonte**, que tem como propósito instituir o **Programa Municipal de Segurança Integrada (PMSI)** no Município de Ilhéus.

A proposição visa **fortalecer a segurança pública local por meio da cooperação entre o Poder Público Municipal, as Polícias Militar e Civil, órgãos de segurança estadual e federal, Forças Armadas e sociedade civil**, promovendo uma atuação articulada, preventiva e participativa.

O texto propõe medidas inovadoras como o **Programa “Polícia Amiga do Bairro”**, que busca aproximar as comunidades das forças policiais, criando laços de confiança, diálogo e colaboração. Prevê também o **reforço do patrulhamento ostensivo, o uso de tecnologia para monitoramento e inteligência e a criação de canais rápidos de denúncia**, promovendo a integração entre os diversos agentes de segurança e a população.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu **artigo 144**, que a **segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos**, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Entretanto, a mesma Carta Magna abre espaço para a **atuação complementar dos Municípios**, especialmente em ações de prevenção, apoio à fiscalização e integração das forças de segurança, conforme o **§ 8º do artigo 144**, que dispõe que os Municípios podem constituir **guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações**, colaborando com os demais órgãos de segurança.

Em nível infraconstitucional, a **Lei Federal nº 13.675/2018**, que institui o **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, reforça essa diretriz ao prever a **cooperação federativa entre União**,



Estado da Bahia.
Câmara Municipal de Ilhéus.
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Estados e Municípios, reconhecendo que a segurança pública é mais eficaz quando baseada na integração de esforços, compartilhamento de informações e atuação conjunta.

Nesse sentido, o projeto em análise **dialoga diretamente com os princípios do SUSP**, ao propor uma política municipal que articula diferentes instituições e promove a participação da sociedade civil, ampliando a capacidade preventiva e educativa das ações de segurança.

Ademais, o projeto está em harmonia com o **artigo 23, inciso I, da Constituição Federal**, que estabelece ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Portanto, sob o ponto de vista jurídico, **não há vício de iniciativa, nem inconstitucionalidade formal ou material**, uma vez que o Município detém competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF/88) e para suplementar a legislação federal e estadual (art. 30, II, CF/88), sobretudo quando se trata de medidas de prevenção, integração comunitária e fortalecimento institucional da segurança pública.

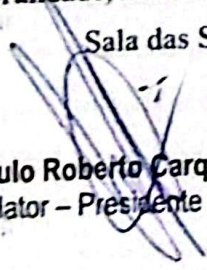
III – Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão entende que o **Projeto de Lei nº 110/2025 é juridicamente viável e socialmente relevante**, por promover uma política pública que transcende o mero policiamento e se baseia na **integração, cooperação e cidadania**.

A proposta traduz uma **visão moderna e humanizada da segurança pública**, ao compreender que a verdadeira proteção da comunidade nasce da **confiança mútua entre o cidadão e o Estado**, e que **prevenir é tão importante quanto punir**.

Por essas razões, o parecer desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final é **FAVORÁVEL** à aprovação do referido projeto de lei, por atender aos princípios da **legalidade, moralidade, interesse público e competência municipal**.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Ilhéus, 18 de outubro de 2025.


Paulo Roberto Carqueija Monteiro
Relator – Presidente da Comissão


Ederjúnior Santos dos Anjos
Vice Presidente da Comissão

Mesaque Barboza Soares
Membro da Comissão